

-----**ATA NÚMERO 40/2012**-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,  
REALIZADA EM TRINTA E UM DE OUTUBRO DO ANO DOIS MIL  
E DOZE.**-----

-----Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano dois mil e doze, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Senhor Presidente, Dr. Miguel Filipe Machado de Albuquerque, com a presença dos Senhores Vice-Presidente, Dr. Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado e Vereadores: Dra. Rubina Maria Branco Leal Vargas, Dr. Rui Alberto Pereira Caetano, Eng. João José Nascimento Rodrigues, Eng. Henrique Miguel de Figueiredo da Silva da Costa Neves, Dr. Gil da Silva Canha, Eng. Amílcar Magalhães de Lima Gonçalves, Dr. Artur Alberto Fernandes de Andrade e Eng<sup>a</sup> Sara Patrícia Sousa Olim Marote e Costa. A secretariar esteve presente a Dra. Filomena Fátima Marcos Pita de Fernandes, diretora do Departamento Jurídico.-----

-----Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

**AUSÊNCIAS:** - Verificou-se não estar presente o Senhor Vereador Dr. Lino Ricardo Silva Abreu.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por

unanimidade.-----

**INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO:** - Iniciando este período, o Senhor Vereador do PND, Gil Canha, colocou vários assuntos.-----

-----Solicitou que a Câmara Municipal do Funchal diligenciasse no sentido de por cobro a uma situação que vem ocorrendo nos abrigos das paragens dos autocarros urbanos que tem suscitado muitas reclamações dos munícipes e que diz respeito à substituição dos vidros destes abrigos por barreiras a blocos.-----

---Esta situação tem um forte impacto visual e retira a visibilidade sobre a paisagem que, em muitos locais, deveria ser preservada.----

----- - O Senhor Presidente informou que esta situação seria analisada.-----

-----Continuando, este Vereador abordou uma questão que disse já ter sido, por si, suscitada em anteriores reuniões e que tem a ver com a ocupação, por privados, dum espaço público, no Largo dos Varadouros. É uma zona da cidade do Funchal que se encontra fora do acesso livre e direto do público, fechada com portões colocados por privados. Pediu que este assunto fosse resolvido pois, a manter-se esta realidade, ver-se-á forçado a participar ao Ministério Público com vista à reposição da legalidade. -----

----- - O Senhor Presidente informou que este processo virá à próxima reunião para análise e decisão.-----

-----De seguida, o mesmo Vereador solicitou que lhe informassem do ponto da situação relativamente ao processo do “Canto do Muro”.-----

----- - A Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, informou que este processo está a ser analisado pelo Dr. Manuel Alves Teixeira a fim de ser estudada a hipótese de interposição dum ação indemnizatória.-----

-----Prosseguindo na sua intervenção pediu que lhe esclarecessem como foi encaminhada a reclamação dum munícipe, colocada em reunião pública, contra a construção dum muro numa moradia localizada na Rua do Dr. Pita.-----

----- - O Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, informou que fora feita uma vistoria à obra em causa e que os serviços técnicos informaram que tudo o que estava a ser edificado cumpria as normas regulamentares em vigor. Mais referiu que este processo virá também à próxima reunião para conhecimento e decisão.-----

-----Seguidamente este Vereador solicitou a atenção da Câmara para uma obra que está a decorrer num prédio localizado no Largo do Chafariz.-----

-----Referindo-se depois aos contratos de concessão dos parques de estacionamento, que estão a terminar, disse querer manifestar a sua posição que é no sentido da Câmara proceder à exploração direta daqueles mesmos espaços públicos, até porque são uma grande fonte de receita sendo os seus custos de exploração pouco significativos.-----

----- - O Senhor Presidente disse que a Câmara mandará elaborar um estudo para a tomada da decisão mais adequada, estudo este que deverá refletir os custos da exploração direta face à receita a

obter através da concessão ou seja, uma análise do custo versus benefício quer duma solução quer de outra.-----

----- - O Senhor Vereador Artur Andrade, intervindo disse que a CDU desde sempre defendeu que a Câmara Municipal deveria retomar a exploração direta dos parques de estacionamento e só não avançou com a proposta em concreto porque enquanto não houver a caducidade do contrato de exploração isso implicaria o pagamento de indemnizações ao concessionário.-----

-----Terminando a sua intervenção, o Senhor Vereador Gil Canha, do PND, disse querer dar conhecimento duma situação que considera muito grave e que diz respeito à extração de inertes, sem qualquer disciplina, de inertes a montante das ribeiras de São João, Santo António e Santa Luzia. Constatou que a extração de inertes está a processar-se não só no leito destas ribeiras mas também nas suas margens, potenciando a insustentabilidade das arribas. Esta situação merece a maior atenção, com urgência, pois poderá colocar em causa a segurança de pessoas e bens da nossa cidade, com consequências imprevisíveis. Mais referiu que estes inertes estão a ser transportados diretamente para a obra do aterro que decorre junto à Avenida do Mar e das Comunidades Madeirenses.-----

---Apelou igualmente este Vereador para a situação que se vem verificando na ribeira dos Socorridos, onde uma empresa, sem alvará para a atividade que está a exercer, anda a fazer também extração de pedra.-----

----- - Intervindo, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, disse que, possuindo a Autarquia do Funchal uma fiscalização ambiental, e havendo risco para a cidade, deveria ser elaborado um relatório sobre as situações denunciadas pelo PND para que a Câmara pudesse participar à entidade Governativa com responsabilidade do domínio hídrico – Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, a fim de ser posto cobro a esta situação de abuso.-----

----- - O Senhor Vereador do PSD, Costa Neves, referiu que será de imediato mandadas analisar todas as situações referidas e elaborado o respetivo relatório para ser presente à próxima reunião.-----

-----Prosseguindo na sua intervenção, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, propôs que a Câmara procedesse à elaboração, através dos serviços técnicos competentes, duma espécie de cadastro das intempéries que vêm assolando a cidade com vista à prevenção futura.-----

-----Sugeriu que a Câmara deveria insistir junto do Governo Regional para a Instalação dum Radar Meteorológico, meio considerado extremamente útil na previsão, com significativa antecipação, das condições meteorológicas e que seria uma mais-valia para a adoção atempada de medidas de prevenção a eventuais catástrofes.-----

-----Finalizando a sua intervenção solicitou que a Câmara tomasse as medidas adequadas para resolver a situação de perigo

decorrente do estado de degradação do muro localizado em frente ao edifício da Cruz Vermelha, no Caminho da Achada.-----

----- - O Senhor Presidente referiu que estes assuntos seriam analisados.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

---Nesta altura o Senhor Presidente ausentou-se, passando a presidir os restantes trabalhos o Senhor Vice-Presidente Dr. Pedro Calado.-----

**1 - PROPOSTAS DA VEREAÇÃO:**-----

----- - **Proposta de Resolução da CDU, intitulada “20 de Fevereiro de 2010: recuperação adiada, insegurança permanente – Criação de Comissão Mista de Acompanhamento à Reconstrução”**: (Esta proposta foi retirada e mandada agendar para a próxima reunião).-----

----- - **Proposta de Resolução da CDU sobre o Orçamento Participativo**: - Foi colocada à discussão a proposta de Resolução da CDU, do seguinte teor:-----

---“Neste período de dificuldades e de constrangimentos diversos, a participação dos cidadãos, dos eleitos locais, de instituições diversas na elaboração de projetos e na apresentação de propostas, ideias e sugestões passíveis de serem integradas nos planos de atividades camarários, constituindo-se assim numa mais-valia para o desenvolvimento local. Do maior número de contributos aos

mais diversos níveis mais-valias resultarão e poderão ser implementadas pelo Município, permitindo um maior conhecimento da realidade e indo de encontro ao pulsar e às necessidades e anseios das populações. Este exercício de cidadania e participação ativa visa contribuir para o exercício de uma intervenção, informada, ativa e responsável por parte dos cidadãos nos processos de governação local, garantindo igualmente a participação destes na decisão sobre a afectação de recursos às políticas públicas municipais e possibilitando, assim, ao executivo municipal corresponder às reais necessidades e aspirações da população. Este Orçamento Participativo deverá constituir uma componente importante e até fulcral da política municipal, na medida em que partilha e torna parte integrante na governação e nas políticas sociais, económicas e culturais, os cidadãos do Município, constituindo-se assim como um mecanismo de democracia participativa e voluntária que reforça os princípios e compromissos da autarquia com a aproximação da administração ao cidadão. Face ao acrescido interesse que este tipo de ligação estreita entre o Poder Local e o munícipe assume, a Câmara Municipal do Funchal delibera: 1º) Desenvolver todos os mecanismos necessários para a efectivação de consultas públicas abertas à participação dos cidadãos considerados individualmente ou de instituições possibilitando a apresentação de projetos, ideias, propostas a serem analisadas e integradas no Plano Municipal de Atividades, reservando verbas do Orçamento camarário, a definir,

para a execução desses mesmos projetos; 2º) Proceder à elaboração de uma Carta de Princípios que regulamentará as formas e modalidades de participação, assim como os períodos e prazos em que os interessados poderão efetuar a sua participação. Com a implementação do Orçamento Participativo e com a dinâmica advinda da possibilidade de uma participação mais ativa dos cidadãos na governação e na definição das políticas municipais, certamente permitirá uma adequação das políticas públicas municipais às necessidades e anseios das pessoas contribuindo para um desenvolvimento mais equilibrado assim como para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar geral do concelho, da cidade e das populações”.

---Relativamente a esta proposta a Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, informou que a Câmara já implementou uma iniciativa conforme a que está agora a ser proposta, que decorreu no ano transato no âmbito do Programa “Rumo à Cidadania Participativa”. Esta ação que envolveu mais de 300 (trezentos) jovens do Município do Funchal culminou com a incorporação de muitas das ideias e sugestões apresentadas, no Orçamento da CMF para o ano em curso. É uma ideia que já foi desenvolvida e sê-lo-á novamente assim que for oportuno.

--- - Após votação, a proposta foi rejeitada com os votos contra do PSD, abstenção do PS e votos a favor do PND e CDU.

## **2 – URBANISMO:**

-----**2.1 – Loteamento:** - A Câmara deliberou, por maioria, com

abstenção do PND, aprovar a alteração dos parâmetros urbanísticos do lote número nove do alvará de loteamento número oitenta e oito/setenta e nove, situado no Farrobo de Baixo, freguesia de São Gonçalo, submetido por Ludger Piroth (procº 32146/12, sub-procº 2011000370).-----

-----**2.2 – Obras Particulares**: - Presente projeto, apresentado por Aníbal de Leça Pereira (procº 30743/12, sub-procº 2011000099), de reconstrução e ampliação do edifício localizado à Rua da Carreira, número cento e treze, freguesia de São Pedro, tendo a Câmara deliberado, por unanimidade, aprovar de acordo com o ponto A da informação do Gabinete do Centro Histórico (refª CH 484/12) e mantendo gradeamento a nível no rés-do-chão, no vão existente e respetivos lambrequins.-----

**ENCERRAMENTO**: - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às doze horas.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, diretora do Departamento Jurídico, na qualidade de Secretária, a redigi e subscrevo.-----

-----  
  
-----